

RESUMO SIMPLES - CIÊNCIAS JURÍDICAS

A CIÊNCIA COMO ELO INTEGRADOR NO SISTEMA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRO

Carolina Dias De Souza Lima Lara (caroldias.s227@gmail.com)

Nicolas Pinterich (nicolas.sahyoun@ead.eduvaleavare.com.br)

A presente pesquisa buscou demonstrar que o sistema de segurança pública e justiça criminal no Brasil busca operar não como um conjunto de entidades isoladas, mas como uma rede coesa e interdependente, unida pela ciência em suas múltiplas vertentes. A metodologia consistiu na análise documental de um artigo acadêmico sobre ciência forense, de uma resolução governamental sobre gestão de políticas públicas, de um relatório oficial de mapeamento de organizações criminosas e de acordos de cooperação interinstitucional. Os achados indicam que a formulação de políticas estratégicas de alto nível, como a estabelecida pela Resolução CGE/MJSP Nº 26, depende diretamente de dados de inteligência, como o mapeamento criminal da SENAPPEN, para sua efetiva aplicação. Evidenciou-se também a dependência fundamental do sistema judicial em relação às ciências auxiliares, com a ciência forense fornecendo a base material para a prova e a credibilidade da investigação. Ademais, a pesquisa revelou que a eficiência operacional é potencializada por meio da colaboração formal, como o acordo entre CNMP e CNJ para unificação de bases de dados, e pelo diálogo estratégico entre órgãos como a SENAPPEN e o Ministério Público para o combate ao crime organizado. Conclui-se que a superação de uma visão fragmentada é essencial para a eficácia do sistema. A busca pela justiça e pela segurança exige uma postura

que valorize a cooperação institucional e a integração de conhecimentos, tornando imperativo o investimento em abordagens multidisciplinares para edificar um aparato estatal mais técnico e alinhado às complexas dinâmicas da criminalidade contemporânea.

Palavras-chave: integração; política nacional; compartilhamento de banco de dados.